

CENÁRIOS DE TRABALHO DO NEGRO NO BRASIL NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO, LEITURAS HISTORIOGRÁFICAS E SOCIOLÓGICAS.

BLACK WORK SCENARIOS IN BRAZIL IN THE IMMEDIATE POST-ABOLITION,
HISTORIOGRAPHICAL AND SOCIOLOGICAL READINGS.

Yuri Oliveira da Silva¹

RESUMO: As transformações históricas que afetaram os cenários de trabalho da população negra no Brasil compõem o pano de fundo temático no qual esse trabalho está situado. Vamos nos debruçar aqui aos movimentos de leitura e interpretação da História do negro no Brasil do imediato pós-abolição. Para tanto, foi construída uma revisão bibliográfica com importantes representantes de movimentos historiográficos e sociológicos de interpretação da história da população negra brasileira e as mudanças históricas que afetaram o cotidiano de trabalho dos negros após o fim da escravidão. Entre as conclusões, está a importância das contribuições ofertadas pelos debates produzidos pelos intérpretes da história do negro no Brasil. Destacando as abordagens produzidas pela História Social que oportunizaram múltiplos questionamentos e investigações sobre a população negra, devido sua abordagem de mapeamento da experiência dos subalternizados.

Palavras-chave: Pós-abolição; Raça; Mundos do trabalho.

ABSTRACT: The historical transformations that affected the work scenarios of the black population in Brazil compose the thematic background in which this work is situated. Let us look here at the movements of reading and interpreting the history of the negro in Brazil of the immediate post-abolition. To this end, a bibliographic review was constructed with important representative of historiographical and sociological movements of interpretation of the history of the Brazilian black population and the historical changes that affected the daily work of blacks after the end of slavery. Among the conclusions is the importance of the contributions offered by the debates produced by the interpreters of the history of black people in Brazil. Highlighting the approaches produced by Social History that have opportunistic multiple questions and investigations about the black population, due to its approach to mapping the experience of the subalternized.

Keywords: Post-abolition; Race; Worlds of work

1. INTRODUÇÃO

As questões em torno da racialidade da população brasileira, desde o século XIX, são motivadoras de uma série de debates que mobilizaram importantes intelectuais no Brasil. Ao longo dos anos, figuras como Von Martius, Varnhagen, José de Alencar, Silvio Romero, Nina

¹ Mestrando em História Social(UFBA). E-mail: yurioliveira_1@yahoo.com

Rodrigues, Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos e outros muitos protagonizaram, ao longo de décadas, importantes interpretações sobre a situação da população de cor no Brasil.

Já a historiografia sobre o negro no Brasil, nas últimas décadas, tem passado por um período de efervescência ainda mais intensa. Incorporando, ao longo do tempo, debates nas mais variadas perspectivas. Talvez como efeito das políticas afirmativas que reservam de vagas nas universidades públicas no Brasil, ou mesmo como conquistas resultantes das mobilizações do Movimento Negro nos últimos anos.

Entre as muitas possíveis explicações para a maior amplitude dos debates e interpretações sobre a História do negro no Brasil, há um possível consenso: o saldo positivo que tais leituras, nas suas variações temáticas, teóricas e de abordagem metodológica, guardam e as reflexões e políticas que oportunizam.

O presente artigo procura traçar parte do atual cenário existente na produção historiográfica sobre a população negra brasileira. Aqui, atenta-se, especialmente, ao período do imediato pós-abolição e a experiência da população liberta. Procura-se demonstrar como movimentos teóricos/historiográficos mobilizaram caminhos interpretativos distintos, o que enriquece de forma particular as narrativas historiadoras atuais.

Recortes mais precisos são necessários. Afinal, mesmo se consideradas apenas as produções contemporâneas na temática, elas já ultrapassariam os limites de um artigo. Por isso, aqui, voltaremos especificamente aos cenários de trabalho dos libertos no imediato pós-abolição, situando alguns debates sobre trabalho entre libertos e, depois, estendendo o olhar para as produções que tomam a Bahia como recorte espacial.

Dessa forma, o artigo procura contribuir com o debate sobre o negro brasileiro com uma narrativa sintética das abordagens interpretativas construídas até então. Perguntando pelas construções narrativas sobre a experiência de trabalho dos libertos no imediato pós-abolição, é construída aqui uma revisão bibliográfica que articula as principais referências que, de alguma forma, abordam essa temática.

2. SOBRE O NEGRO BRASILEIRO, PRIMEIROS INTÉRPRETES

No século XIX, a ampla existência de indígenas e escravizados africanos na sociedade brasileira tornava sua presença nas narrativas sobre a história do Brasil inevitáveis. Nesse processo, Von Martius, Varnhagen e José de Alencar foram figuras que se destacaram na construção de proposições narrativas históricas e literárias que, de alguma forma, incorporaram

essas figuras. Ainda no século XIX, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX, surgiram outros intérpretes mais específicos sobre o lugar do negro na sociedade eugenista que se projetava. Entre eles, destacam-se Silvio Romero e Nina Rodrigues.

Segundo Schwarcz (2005), Silvio Romero procura justificar o cenário mestiço que compunha a sociedade brasileira, naquele momento. Ele retoma a “boa mestiçagem” iniciada por Von Martius, através do IHGB, e aponta para um futuro inevitavelmente branco. Seria a seleção natural o argumento de que a sociedade brasileira caminhava inevitavelmente para uma hegemonia da raça mais forte, a raça branca. Já Nina Rodrigues, tinha como principal argumento a existência de diferentes raças, o caráter asselvajado/fetichista da cultura negra no Brasil e a condenação da mestiçagem. É a partir dos modelos ofertados pelo darwinismo social que esses autores sustentam seus argumentos.

Mais tarde, a partir dos anos 1930, uma nova abordagem surge na leitura das relações raciais do Brasil. Protagonizada por Gilberto Freyre que, com a publicação do livro ‘Casa Grande e Senzala’, em 1933, deu início a concepções que argumentavam uma suposta harmonia racial entre as relações criadas no Brasil. No livro, Freyre descreve um cenário patriarcal que, em leituras seguintes, deu a base para o que chamaram de democracia racial.

As proposições freyrianas tomaram corpo e encontraram eco em outros autores. Além disso, o contexto da Segunda Guerra Mundial facilitara o processo. Os horrores vividos pelo Holocausto fizeram com que boa parte do mundo achasse encontrar no Brasil a resposta. A ideia da harmonia racial entre brasileiros foi o que motivou, por exemplo, os estudos do Projeto UNESCO no Brasil (MAIO, 1996), responsável pela mobilização de vários pesquisadores para debater a questão racial brasileira.

2.1 OS DEBATES DA DÉCADA DE 1950

Os investimentos da UNESCO modificaram profundamente a produção dos pesquisadores brasileiros sobre o cenário racial. Às pesquisas mobilizadas podem ser somadas com outras reflexões de sujeitos já inquietos com o cenário sócio racial do período, o que acarretou na formulação de um extenso leque de produções de diversos autores. Nomes como Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Arthur Ramos, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Charles Wagley e outros tantos envolvidos foram responsáveis por uma extensa produção bibliográfica sobre as relações sociais e raciais no Brasil (MAIO, 1996).

Os debates emergentes da década de 1950 são fundamentais as proposições desse artigo por uma questão: É a partir das pesquisas oportunizadas pela UNESCO, que Florestan Fernandes produziu a pesquisa que resultou na publicação do livro ‘A integração do negro na sociedade de classes’, o mais antigo texto com ampla circulação no Brasil que versa, entre outras coisas, sobre a condição da população negra na realidade de trabalho após o fim da escravidão.

Sobre a Bahia, Charles Wagley foi responsável pela publicação do texto ‘*Class and race in rural Brazil*’, que não teve a mesma circulação que o texto de Fernandes no país, mas também traz algumas contribuições sobre a experiência de trabalho da população negra brasileira, especialmente a do campo.

Um segundo fator de destaque do texto de Fernandes (além da ampla circulação e discussão) é o movimento no qual ele está situado. O livro é resultante de mobilizações que emergiram na década de 1950 com objetivos de questionamento das interpretações praticadas até aquele momento sobre as relações raciais no Brasil. As falas sobre a democracia racial foram, a partir daqueles estudos, denunciadas enquanto mitos, leituras falaciosas sobre as relações raciais praticadas no cotidiano brasileiro.

O mito da democracia racial foi objeto de intensa disputa política nos anos 1960 e 1970. Protagonizada por autores com forte teor marxista, como Fernandes, e outros também atentos a questões sociais e leituras estruturalistas da realidade, como Celso Furtado. Esses autores, especialmente Fernandes, viram na história da escravidão e do pós-abolição os marcadores históricos autorizadores dos regimes de desigualdade que se materializavam no cotidiano social do Brasil da época. Eles oportunizaram essa primeira leitura sobre o cenário sócio racial do Brasil conjugada com as narrativas históricas sobre o negro (GUIMARÃES, 2002).

2.2 FLORESTAN FERNANDES, O NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES EMERGENTE

O livro ‘A integração do negro na sociedade de classes’, publicado pela primeira vez em 1965, responde as inquietações e debates da década de 1950, como já exposto. Nos primeiros capítulos, através de uma abordagem histórica, o texto se ocupa dos processos de consolidação da abolição e os interesses dominantes nesse contexto.

Fernandes (1978) constrói associações entre o pós-abolição e os processos de urbanização e constituição do capitalismo industrial em São Paulo. Para ele, esse último procedimento

intensificou o regime de exclusão dos negros no Brasil. Pois, impôs novas dinâmicas produtivas e de funcionamento social que não se alinhavam com os métodos já praticados pelos libertos há tempos. Por exemplo, o trabalho artesanal. Os mecanismos artesanais de produção guardam sentidos anti ou pré-capitalistas que, segundo Fernandes, foram abraçados pelos libertos com sentidos de autonomia. O que tendia a ser superado pelas proposições e ritmos do capitalismo industrial.

O sociólogo se ocupa de como a associação entre urbanização e europeização refletiu na morfologia da cidade, alterando por completo os antigos quadros de absorção regular do negro como agente de trabalho. Ele traz levantamentos estatísticos que autorizaram o mapeamento da penetração de grupos não brancos nos cenários sociais.

Há na realidade de trabalho do cenário urbano dinâmicas criadas a partir da imigração europeia que confinaram negros e mulatos em condições de inferioridade no horizonte de trabalho. Associados ao trabalho duro e degradante perderam espaço no artesanato e no comércio para os imigrantes que eram lidos como mais apropriados às possibilidades de ascensão.

Dessa forma, para Fernandes (1978), a imigração funcionara como importante fator de perpetuação da miséria entre negros. Além dela, outros fatores são citados por ele como colaboradores para a manutenção da percepção subalternizada das populações de cor que justificava a condição de marginalidade que viviam.

Fernandes (1978) defende que as modificações decorrentes do processo de consolidação da produção cafeeira, sob regime de trabalho servil, foram responsáveis por uma revolução burguesa em São Paulo que explica a emergência de um empresariado rural paulista. Além de novos métodos de estratificação social que, no entanto, não modificava o lugar social da população negra. Permanência atribuída, principalmente, a imigração, mas por fatores distintos dos já apontados até então.

Segundo Fernandes (1978), estariam os imigrantes europeus melhor adaptados ao que ele chamava de sociedade competitiva, ou seja, aos modos de operação e trabalho do capitalismo urbano industrial. Os hábitos de acumulação do capital, já velho conhecido da maioria dos imigrantes, era novidade para as classes senhoriais brasileiras e, principalmente, para os recém-libertos.

No novo regime que se estabelecia, o qual o trabalho escravo já não era possível e o trabalho livre se concentrava entre imigrantes brancos, os negros e mulatos tiveram sua existência marcada pela anomia. Além disso, o propagado medo de supostas rebeliões implicava em regimes de vigilância e coerção sobre a população não branca, de forma que eram tomados como espécie de “inimigos públicos”. Soma-se a isso a inabilidade com os novos regimes de trabalho e os boicotes da população branca como chaves explicativas do lugar social de subalternidade atribuído aos negros no Brasil do imediato pós-abolição.

No interior da estrutura social de subalternidade experimentada despontaram táticas mobilizadas por alguns negros como forma de sobreviver. O sociólogo argumenta para o intenso deslocamento horizontal (migração) como estratégia dos libertos de desvincularem-se da imagem de subalternidade de escravizado onde viviam. Fernandes aponta ainda que, ao transitar entre espaços urbanos, certos grupos criaram algum nível de adaptação. Uma pequena parcela populacional, a exemplo das mulheres que sobreviviam, principalmente, através do trabalho doméstico, o que, de alguma forma, já fazia parte de um lugar social estabelecido pela herança da escravidão.

As explicações de Fernandes (1978) partem de uma estrutura social. É a partir da estrutura que ele procura explicar os cenários de desigualdade estabelecidos e garantidores da perpetuação das assimetrias sociais, políticas e econômicas na sociedade de classes do capitalismo industrial que se expandia. Mais tarde, como resultado de novos dispositivos teóricos que emergiram nas décadas de 1960 e 1970, a História do Negro no Brasil ganhou uma nova roupagem. Processo oportunizado, entre outros fatores, pela leitura do historiador inglês E. P. Thompson.

3. THOMPSON E A HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO E DO PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL

A produção de Thompson é permeada por uma série de polêmicas, debates e por oportunizar abordagens teóricas e metodológicas que permitiam inserir “os de baixo” nas narrativas construídas pela historiografia. Thompson, sem abrir mão do materialismo histórico, foi responsável pela ampliação da leitura da luta de classes a partir, também, dos elementos pertencentes à cultura.

As abordagens culturalistas de movimentos históricos atentos às fraturas e desigualdades sociais dão as narrativas thompsonianas um caráter particular. Perspectiva que privilegia a experiência de camponeses e trabalhadores urbanos e, por consequência, a sua agência nos

processos históricos. As pesquisas do historiador inglês apontam para cenários históricos em que os usos costumeiros constituíram múltiplas formas de disputa da realidade social (THOMPSON, 1998).

No Brasil, a leitura de Thompson, além de outros autores como Carlo Ginzburg e antropólogos como Geertz, foi fundamental para a construção de novos olhares sobre a escravidão e a liberdade, muito distintos das proposições estruturalistas de Florestan Fernandes.

A partir dos anos 1980 e 1990, no Brasil, é possível falar na emergência de uma geração de historiadores sociais da escravidão e do pós-abolição, campo de pesquisa que tem se fortalecido ao longo dos anos no Brasil. Entre os eixos explicativos que aproximam esses pesquisadores em um campo temático está em produzir uma narrativa da História da escravidão que atribui protagonismos a escravizados e libertos, compreendendo-os e reivindicando-os enquanto agentes históricos. Desde então, as narrativas historiadoras produzidas por esses sujeitos se atentam as negociações e conflitos que configuraram a História do negro no Brasil (REIS e SILVA, 1989).

Tratando especificamente dos historiadores voltados ao pós-abolição, as abordagens da História Social, no Brasil, foram marcadas primeiro pelas reflexões de Hebe Mattos na sua tese de doutorado ‘Das cores do silêncio’. Muito influenciada por historiadores estadunidenses como Frederick Cooper, Rebeca Scott e Thomas Holt que marcaram o início dos estudos pós-emancipação (COOPER, 2005). Foram eles responsáveis por pesquisas que marcaram uma série de publicações posteriores no Brasil abordando as tensões sobre a raça e o racismo amparadas nas reflexões iniciadas por esses autores.

Em 2005, foi publicado o livro ‘Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação’. Hebe Mattos, prefaciando o livro, conta que os textos traduzidos e publicados naquele ano, já tinham sido debatidos no início da década 1990. O livro foi fundamental para iniciar os estudos, na perspectiva da História Social, em torno das questões do pós-emancipação no Brasil (COOPER, 2005). Desde então, a própria Mattos e outros historiadores como Ana Lugão Rios, Flávio Gomes e Olívia Cunha foram responsáveis por publicações que mostravam que os estudos sobre o pós-abolição no Brasil se consolidavam.

3.1 HISTORIADORES DO PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL

Ainda hoje, a tese de Mattos é uma das principais referências para o campo da História Social do Pós-Abolição no Brasil. Defendida em 1992, a tese foi publicada pela primeira vez

em 2005 e, desde então, é leitura obrigatória para historiadores que se voltam a esse período histórico.

A historiadora tem como pergunta central os sentidos de liberdade das populações libertas do Sudeste no fim do século XIX. Através de uma longa pesquisa, com o uso exaustivo de fontes, Mattos (1998) mapeia as experiências de negros libertos e, a partir disso, aborda questões centrais das discussões em torno da racialização da sociedade brasileira. Procurando os sentidos da liberdade costumeiramente mobilizados naquele contexto histórico, ela sugere que, entre os libertos, emergiram dinâmicas comportamentais e decisões que procuravam garantir e ressaltar sua condição de não escravo.

Por exemplo, Mattos narra a trajetória de sujeitos que, quando libertos, foram chamados de pardos como artifício de diferenciação entre outros sujeitos ainda escravizados no final do século XIX. Hábitos assim dão sinais de como os sentidos cromáticos guardavam definições, vez em quando, relacionadas a outros elementos que não apenas caracterizações fenotípicas no período.

Mattos procura apontar como ao fim do século XIX e início do XX, procurando garantir a manutenção dos regimes de dominação sobre a população ex-cativas, a classe dominante lhes nega a cidadania como principal estratégia de exclusão. Desde a publicação do 'Além da Escravidão' (COOPER, 2005), o conceito de cidadania tornou-se um mecanismo principal de identificação dos processos de exclusão impostos à população negra no Brasil.

Falando agora da Bahia, Wlamyra Albuquerque (2009) é outra importante historiadora do pós-abolição no Brasil e também se ocupa de como o cerceamento da cidadania está entre os principais caminhos de percepção dos regimes de exclusão dos sujeitos não brancos. Para ela, entre libertos do final do século XIX e início do XX, foi possível um segundo tipo de cidadania, diferente da praticada entre membros da elite soteropolitana. Ela investiga e descreve o que denomina cidadania negra.

Albuquerque (2009) investiga os sentidos sociais e políticos da liberdade e da cidadania experimentados pela população de cor em Salvador no fim do século XIX. As investigações da historiadora demonstraram como o imediato pós-abolição soteropolitano apontou para um movimento de racialização da hierarquia social.

Nas disputas provocadas por esse movimento, ela narra como não só se articulavam mecanismos de repressão dos negros recém-libertos como se mobilizavam garantias jurídicas de negação da cidadania a esses sujeitos, pois se compreendia que eram incapazes de atuar

socialmente. Tudo isso sob um jogo dissimulado de amenização das hierarquias raciais, nos quais foram disputados artifícios jurídicos que garantiam a exclusão de negros e mestiços.

As contribuições de Mattos (1998) e Albuquerque (2005) ultrapassam a produção historiográficas, os dois trabalhos representam um campo temático que, hoje, conta com um amplo número de contribuintes. O amplo número de artigos, dissertações e teses hoje existentes sugerem que o pós-abolição, enquanto campo temático que está consolidado na historiografia brasileira.

A consistência do campo temático traz, como consequência, a ampliação da quantidade de trabalhos produzidos e de perguntas mobilizadoras de investigações. É por conta disso que é possível a esse artigo tratar apenas das produções bibliográficas que discutem, especificamente, o cenário de trabalho dos libertos do imediato pós-abolição a partir da perspectiva da História Social. Isto é, sob o prisma da experiência dos “de baixo”, do protagonismo deles, questionando as narrativas construídas por Florestan Fernandes e outros intérpretes marxistas das décadas de 1960 e 1970.

4. O COTIDIANO DE TRABALHO DOS LIBERTOS

Atento ao período da República Velha, ou do imediato pós-emancipação, Fábio Pacano (2018) analisa o cenário social do período, atento aos processos civilizatórios que se consolidavam na cidade de Piracicaba, em São Paulo, no período. O autor pergunta pelos processos de modernização da cidade e os efeitos das medidas civilizatórias desse contexto sobre as relações de trabalho, as práticas educativas, o acesso a cidade, entre outros.

Pacano (2018), ao observar o cotidiano de trabalho do período e as tensões resultantes dos processos de transformação que estavam ocorrendo, discorre sobre o que ele chama de mercado de trabalho, ou seja, as dinâmicas de trabalho e exploração afetadas pelas mudanças políticas e econômicas. A narrativa do autor se atenta aos processos de substituição de marginalização das populações negras em detrimento da intensificação da imigração europeia para trabalhar nas lavouras brasileiras.

Entretanto, para além de perceber um contexto estrutural de desigualdade do acesso a oportunidades de trabalho, o autor apresenta uma variedade de formas como as dinâmicas de produção/trabalho funcionaram. A busca por trabalhadores, algumas vezes, devido ao ainda escasso número de imigrantes, implicara na empregabilidade de alguns libertos sob dinâmicas de trabalho assalariado.

Além disso, muitos dos libertos que se recusavam a permanecer nos locais de trabalho onde tinham sido escravizados encontravam na migração sazonal e nas cidades as oportunidades de empregar-se a experimentar outra condição dissociada das ideias escravistas ainda vigentes. É importante salientar que tais dinâmicas (de migração) também foram identificadas por Mattos (1998) na sua investigação.

Quando presentes nas cidades, negros e negras disputaram e, segundo Pacano (2018), ocupavam alguns setores de trabalho urbano que exigiam qualificação, o que não exclui ou apaga os processos de intensa violação da trajetória dos sujeitos. Mecanismos distintos de subalternização, econômicos, sociais e morais foram mobilizados para garantir a manutenção de uma estrutura de desigualdade social e racial.

O autor demonstra que, conforme a conjuntura política e econômica modificava as relações de trabalho existentes, negros libertos mobilizavam-se de múltiplas formas para garantir a sobrevivência. Ao voltar-se para as relações do campo, Pacano (2018) descreve com precisão a forma como as relações de trabalho passam a se configurar naquele cenário.

Já sem trabalhadores escravizados e com um às vezes escasso número de migrantes, o colonato foi a principal forma de trabalho praticada nas fazendas de café e açúcar, ou seja, “[...] numa área pré-determinada o colono cultivava a cana sob o compromisso de entregá-la carregada nos vagões ou barcaças.” (PACANO, 2018, p. 152). Entretanto, tratando especificamente do açúcar, as dinâmicas produtivas geravam uma demanda variável de trabalhadores que incorria na criação de um exército de reserva significativo.

Trabalhadores do campo ficavam disponíveis para a plantação, colheita e produção do açúcar nos engenhos. Entretanto, em alguns períodos, o trabalho se restringia a uma pequena parcela da mão de obra com mais qualificação. Por consequência, isso acarretava na geração de um exército reserva que ficavam ociosos quando não estavam trabalhando nas plantações de açúcar.

Neste contexto em que parte considerável dos empregos regia-se pela sazonalidade, era extremamente necessária a existência de uma “reserva de mão de obra” a ser utilizada durante a safra, quando ocorria a maior demanda por trabalhadores. Na entressafra, quando se exigia trabalhadores mais qualificados e em menor quantidade, esse contingente de homens vagava pelas fazendas ou pela cidade, “vadiando” à procura de “biscates”, no sentido de pequenos trabalhos ocasionais. Com a industrialização da produção de açúcar, mesmo considerando suas determinações agrícolas, o espaço catalisador destas novas sociabilidades passa a ser a cidade. (PACANO, 2018, p. 154).

Os intensos regimes de desigualdade e as dificuldades de sobrevivência no campo estavam entre os principais motivos de migração de libertos para as cidades. Todavia os centros urbanos não eram, necessariamente, o lugar onde o acesso a possibilidades empregatícias eram reais e efetivas. Pelo contrário, no burgo, dispositivos materiais de subalternização somavam-se aos morais. Construía os negros “biscateiros” como vadios, inimigos da sociedade que se desenvolvia.

Jornais, fontes policiais e atas do legislativo municipal foram mobilizados para demonstrar como a sociedade de Piracicaba compartilhava de uma concepção constante de subalternidade sobre os negros. A partir disso foram gestadas justificativas morais de inferiorização, marginalização, disciplinarização e controle violento.

Para além da coerção aos “vadios”, há outra possibilidade de experiência de trabalho, especialmente entre as mulheres. Desde o século XIX, ainda durante a vigência do escravismo, o Sudeste já experimentava uma extensa presença feminina nas ruas com o trabalho ambulante de pequeno comércio (DIAS,1995). As análises de Pacano (2018) ratificam a permanência desses hábitos ainda no século XX. O trabalho doméstico foi um facilitador para inclusão das mulheres negras nos cenários de trabalho do pós-abolição.

Os trabalhos de Mattos (1998), Fernandes (1978) e Pacano (2018), por falarem todos do Sudeste escravista aproximam-se muito nas suas colocações. Fernandes (1978) também já havia identificado a maior penetração do trabalho feminino nos cenários urbanos do período, bem como a produção moral de homens negros libertos como inimigos públicos. Também como Pacano (2018), Mattos (1998) já havia registrado um cenário de mobilidade espacial muito intenso entre libertos. Fato interpretado por ela como evidência da tática negra de dissociar-se das imagens constituídas pela escravidão.

Apesar dos três trabalhos compartilharem a defesa do cenário de subalternidade produzida no Sudeste escravista, os textos de Mattos (1998) e Pacano (2018) constroem uma abordagem que, para além de identificar a subalternidade, nos permite espiar as mobilizações táticas de negros libertos entre as possibilidades do período.

Além disso, o esforço de Fernandes (1978) de ratificar a hipótese da falta de instrumentos psicossociais para o negro disputar a sociedade competitiva que se estruturava inibe quaisquer narrativas que atribuam protagonismos as gentes de cor. Tais narrativas corroboram em leituras que, ao atribuir algum nível de anomia a população negra, colaboram

na cristalização do lugar de inferioridade, da impossibilidade de se movimentar no interior dos limites impostos por setores dominantes, forçando-os, questionando-os, criando alternativas.

As criatividades de sujeitos negros de negociar e resistir aos procedimentos de subalternização são fundamentais para o mapeamento da experiência desses sujeitos. Atentando-se, especialmente, a historiografia baiana e as narrativas em torno da trajetória de trabalho dos libertos na Bahia, é possível identificar que negros se esforçaram para a construção de regimes de autonomia, formas de subsistência construídas a partir de mecanismos dispostos na realidade social do período.

4.1 CENÁRIOS DO TRABALHO NO PÓS-ABOLIÇÃO NA BAHIA

Apesar de não necessariamente abordar o “mercado de trabalho” do imediato pós-abolição baiano, a narrativa de Albuquerque (2009) ainda permite vislumbrar algumas perspectivas em torno de episódios que insinuam aceitações, rejeições, exclusões, enfim, processos sociais que mostram os reguladores raciais em torno das condições de trabalho e integração social.

Albuquerque (2009) aborda a chegada de comerciantes africanos (livres, tratavam de negócios ingleses no porto de Salvador). Ela narra que a partir da chegada de dezesseis comerciantes negros, foram mobilizados uma série de medidas políticas e jurídicas para negar àqueles sujeitos o acesso daqueles africanos livres a cidade, ainda que não houvesse mecanismos legais bem definidos para isso.

A historiadora se volta a correspondências entre figuras políticas como forma de mapear os sentidos sócio raciais compartilhados que atravessaram as decisões tomadas. Havia um frequente vínculo comercial entre a Bahia e Lagos (de onde vinham os comerciantes africanos), o que contribuía para que existisse uma identidade transatlântica sobre quem vinha de Lagos, isto é, a inferioridade nagô/iorubá e, por isso, procurava-se impedir que aqueles sujeitos acessassem a cidade enquanto homens livres. A interferência da coroa britânica foi a única forma de resolução do problema com a soltura dos comerciantes.

A partir da leitura de Albuquerque (2009), percebe-se tanto a mobilização de artifícios jurídicos e políticos para interditar as gentes de cor, quanto a forma como pensavam a subalternidade negra influenciava na manutenção de impedimentos para a integração social de negros e negras em Salvador.

Há ainda a possibilidade de pensar especificamente as dinâmicas de trabalho, costume e suas transformações durante o imediato pós-abolição. Voltando-se ao Recôncavo baiano, Walter Fraga Filho (2006) produziu um exaustivo estudo que, através de metodologias próprias da História Social, como a ligação nominativa, conseguiu narrar a experiência de alguns grupos de libertos, demonstrando as experiências desses grupos durante os anos finais do século XIX e início do século XX.

A pesquisa de Fraga (2006), perguntando pela experiência de emancipação, aponta para como o fim da escravidão influenciou na alteração das conformações camponesas nos entornos dos engenhos do Recôncavo. O historiador descreve várias formas de articulação da sobrevivência executada por libertos no período. Houve quem se afastasse da influência do antigo senhor, houve quem permanecesse ligado aos laços familiares e territoriais estabelecidos ao longo do escravismo e, também, aqueles que construíram redes de comércio entre vários pontos do Recôncavo.

O processo de consolidação das comunidades negras camponesas como continuidade das bases colocadas pela estrutura escravista é uma importante evidência das condições de trabalho ofertadas no período. Isso porque, diferente da abordagem de Fernandes (1978), por exemplo, que apontava apenas para processos de subalternização, a narrativa de Fraga torna evidente as reatualizações, disputas, negociações sobre os regimes de desigualdade praticados.

Para além da *brecha camponesa* e do sistema de roças enquanto estruturas de dominação, Fraga (2006) aponta para comunidades de libertos que, ainda que permaneçam aproximados e com relações com seus ex-senhores, reivindicam e disputam cotidianamente a condição de livres. Estão ali comunidades, redes de solidariedade estabelecidas agora sob outro formato de produção, de construção, organização e experimentação do espaço que não mais pertencentes as bases escravistas, ainda que em relação com seus ex-senhores. Fraga procura chamar atenção, ao mesmo tempo, às permanências e rupturas de alguns fatores da escravidão nas relações construídas pelos libertos camponeses.

Também falando do Recôncavo, mas, dessa vez, do Recôncavo Sul da Bahia, Edinéia Souza (2016) também se ocupa rastrear os últimos escravizados e seus descendentes que viveram entre os anos finais do escravismo e as primeiras décadas do século XX. Tal como em Fraga (2006), sentidos de autonomia também circulavam entre libertos do Recôncavo sul.

Mais situada entre os estudos do pós-emancipação, as preocupações de Souza (2016) se aproximam mais na identificação das rupturas que das permanências.

Assim como apontou Rebeca Scott em suas reflexões sobre o pós-emancipação nas Américas, observei que naquela localidade baiana as relações de dependência não correspondiam estritamente à velha divisão entre senhor e escravo, mas se expandiram em direções variadas e com significados próprios, numa lógica informada por uma sociedade que, paulatinamente ia se constituindo por empregados e empregadores, patrões e clientes, fazendeiros e outras categorias de proprietários rurais (SOUZA, 2016, p. 189).

Dessa forma, através dos rastros ofertados pelas experiências de libertos, ela constrói uma narrativa que elenca as complexidades da realidade social que se estabelecia naquela região. Os “mundos do trabalho” abordados por Souza (2016) abrigavam formatos de produção dos mais variados. O rural, o urbano, a roça, a feira livre, o campo e a cidade estavam continuamente interligados pelas mobilidades de escravizados e libertos.

Tal como em Fraga (2006), o acompanhamento das trajetórias daqueles sujeitos apontou para experiências variadas. Houve quem, ocupando funções das mais diversas, permanecesse nos antigos redutos senhoriais e, também, quem arriscasse a possibilidade de se estabelecer nas cidades. Diferentes táticas foram utilizadas para garantir a sobrevivência e alçar níveis de cidadania.

Tal como em Albuquerque (2009) que apontava para a mal recebida, porém persistente presença negra em espaços de privilégio intelectual, Souza (2016) também identificou trajetórias de sujeitos que, entre testamentos e inventaram, deixaram legados materiais para seus herdeiros. Apesar de pouco comum e o reduzido número de sujeitos africanos com bens testados, os casos levantados serviram para que a historiadora demonstrasse indícios das diversidades e do caráter dinâmico do universo em que circulavam africanos e crioulos no fim da escravidão brasileira.

A partir desse caráter dinâmico e do universo de circulação apontados, a pesquisa de Souza (2016) aponta para cenários sociais de interação, locais de encontros, de fofocas, de diversões, bem como espaços de intersecção entre o rural e o urbano. A construção, pelos libertos, desse espaço de ligação procura atentar-se aos regimes de autonomia e protagonismo histórico desses sujeitos.

Saindo do recôncavo e adentrando aos sertões, logo na entrada do sertão baiano, na cidade de Feira de Santana, a experiência de libertos também foram mapeados. A partir disso, os reajustes do mundo do trabalho também foram descritos, considerando as especificidades produtivas das dinâmicas específicas da região.

Mayara Silva (2018) se volta a região da Feira de Santana, entre os anos 1890 e 1930, para investigar as experiências de descendentes de escravos, libertos e migrantes cientes da nova condição jurídica resultante do fim do escravismo. A historiadora apresenta um cenário de ocupação da terra, naquela região, vinculadas, sobretudo, a pequena lavoura. Para ela, as experiências construídas antes da abolição estavam intimamente relacionadas com a estrutura fundiária observada de pequenas e médias propriedades ocupadas por agregados, rendeiros e meeiros.

Os inventários autorizam a Silva (2018) identificar os perfis de ocupação fundiária da região e, a partir disso, ela aponta como as relações de trabalho encontravam-se atravessadas por heranças escravistas mesmo algumas décadas após o fim do escravismo. Novos laços de dependência se instituíram, a transição ocorrida se efetivava na mudança da condição de senhor/cativo para fazendeiro/agregado. O que não descarta a construção da autonomia deles em busca da sobrevivência. Ela apresenta na possibilidade da mobilidade, no trabalho na terra, entre outros fatores como marcadores da autonomia de lavradores pretos e pobres na Feira, o que abrigava também sentidos raciais.,

As configurações de ocupação da terra influenciaram os modos de fazer das populações negras rurais daquela região. A autonomia sobre a produção rural de subsistência inseriu o sertão baiano também nas formatações de campesinato negro comuns entre escravizados, libertos e quilombolas no Brasil. O sistema de roças, comum no período escravista e, especialmente demonstrado no imediato pós-abolição (GOMES, 2015), autorizava formulações comerciais que ultrapassavam os limites das fazendas.

Dessa forma, o trabalho de Silva (2018) oportuniza a observação de dinâmicas autônomas de sobrevivência a partir do trabalho agrícola e da comercialização de excedentes. Chama atenção para o protagonismo negro na construção da experiência histórica desses sujeitos, alinhando-se com as abordagens teórico metodológicas dos historiadores sociais do imediato pós-abolição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo retomou o extenso debate há tempos produzido e demandado pela sociedade brasileira em torno da trajetória histórica do negro no Brasil. Foi situado que, ao longo da história, intérpretes diversos produziram leituras distintas sobre a situação da população negra, a partir de abordagens distintas.

Entre os movimentos destacados pelo artigo para abordar a história do negro no Brasil, estava a abordagem marxista da década de 1960/1970. Representada pelo trabalho do sociólogo

Florestan Fernandes, onde se percebeu uma abordagem estruturalista, atenta aos regimes de desigualdade estabelecidos. Fernandes esforçou-se em sustentar a hipótese de que a população negra, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo industrial, ficou legada a uma condição de marginalidade por não obter os mecanismos psicossociais de integração ao cenário de trabalho que se consolidava.

A segunda abordagem citada, hoje hegemônica, é a da História Social da Escravidão e do Pós-Abolição. Hoje campo temático amplo e consolidado através de múltiplas pesquisas que tratam de perguntas e temáticas das mais variadas. Aqui foram apresentados trabalhos que se voltam a região de São Paulo e da Bahia, ambas alinhadas com o protagonismo negro na construção da experiência histórica daqueles sujeitos.

Dessa forma, conclui-se ratificando a importância das contribuições ofertadas pelos debates produzidos pelos intérpretes da história do negro no Brasil. Destaca-se, também, como as abordagens produzidas pela História Social oportunizaram múltiplos questionamentos e investigações sobre a população negra, devido sua abordagem de mapeamento da experiência dos subalternizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BALABAN, Marcelo. LIMA, Ivana Stolze. SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Org.). **Marcadores da Diferença: raça e racismo na História do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2019.

COOPER, Frederick. **Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DIAS, Maria Odila L. S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. Ver. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. GOMES, Flávio. **Políticas da Raça: Experiência e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 - 1910)**. Campinas, CP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, raça e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo/Editora 34, 2002.

MAIO, Marcos Chor (org.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PACANO, Fábio Augusto. **O forjar da modernidade: Piracicaba e a belle époque caipira (1889 – 1930)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2018.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Mayara Plácido. **„Revolução sem sangue“ na „decantada pátria de Lucas“: Experiência de trabalhadores/as negros/as e migrantes no pós-abolição. Feira de Santana (1890 – 1930)**. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa de Pós Graduação em História. Salvador, 2017.

SOUZA, Edinéia Maria Oliveira. **Travessias e tramas: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição – (1888 – 1930)**. Salvador: EDUNEB, 2016.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.